

EM BUSCA DE INOVAÇÕES CURRICULARES: RECONTEXTUALIZAÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO NUMA ESCOLA PÚBLICA DO SUL DO BRASIL

Fernando Cesar Sossai, Geovana Lunardi Mendonça Mendes, Gabriele Mendes da Silva

Univille, Udesc, UDESC

geolunardi@gmail.com; geolunardi@gmail.com; gabrieletbms@gmail.com

Resumo: neste artigo apresentamos algumas empreitadas do governo brasileiro relacionadas com a difusão de tecnologias da informação e comunicação no ensino público escolar. A partir de um conjunto variado de fontes coletadas em recorrentes idas a campo, esforçamo-nos para perscrutar os sentidos das linguagens que se envolveram com a implantação e recontextualização curricular do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) numa escola pública da cidade de Brusque, no sul do Brasil. De modo geral, o artigo conclui que a dispersão de tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas do país parece ser uma forma dos órgãos de governo promoverem linguagens supostamente habilitadas a lidar com ansiedades contemporâneas preocupadas em tudo digitalizar, assim como com o acúmulo de passados que insistem em permanecer reverberando em práticas e representações educacionais do presente.

Palavras-chave: tecnologia da informação e comunicação, linguagem, currículo, PROUCA.

Abstract: In this article we analyze Brazilian government projects designed to promote information and communication technologies in public school education. Based on a varied set of sources collected in the field, we scrutinize the meanings of languages involved with the curricular implementation and recontextualization of the One Computer per Student Program in a public school in the city of Brusque, in southern Brazil. In general, the article concludes that the diffusion of information and communication technologies in the country's public schools appears to be a way for government agencies to promote languages supposedly prepared to deal with contemporary anxieties concerned with making everything digital, and with the accumulation of a past that insists on continuing to reverberate by means of educational practices and representations in the present.

Keywords: information and communication technology, language, curriculum.

Em estudo recentemente traduzido para o português, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2011) analisou as maneiras pelas quais o juramento, na antiguidade grega, funcionava como suporte de uma relação visceral entre política e religião. Para ele, o

juramento, como “ato verbal que realizava um testemunho”, era uma forma de instituir e a ao mesmo tempo interrogar a centralidade da linguagem nas sociedades antigas.

A partir da sua “arqueologia do juramento”, Agamben (2011, p. 82) concluiu que “talvez tenha chegado a hora de questionar o prestígio de que a linguagem usufruiu e usufrui em nossa cultura, enquanto instrumento de potência, eficácia e beleza incorporáveis”. Entre os argumentos do autor está o fato de que o exercício humano da linguagem “não é mais belo que o canto dos pássaros, nem é mais eficaz que os sinais trocados entre si pelos insetos, nem sequer é mais poderoso que o rugido com que o leão afirma o seu senhorio”. Assim, o imperativo que “confere à linguagem humana as suas virtudes peculiares não reside no ser que fala, enquanto disponibiliza dentro de si uma forma de vazio que o locutor toda vez deve assumir para falar”. Além disso, no contemporâneo – temporalidade híbrida na qual presente, passado e futuro se misturam de tal forma que não mais conseguimos identificar, sentir e separá-los em nosso cotidiano – a linguagem, se pensada de modo ensimesmado, é insuficiente para lidar com o caráter movediço das próprias referências que a edificam.

Impulsionados pelas questões abertas por Agamben (2011), neste artigo, num primeiro momento, historicizamos algumas das políticas nacionais de educação do Brasil relacionadas com a difusão de tecnologias da informação e comunicação no ensino básico, especialmente aquelas ligadas ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA): uma estratégia criada pelo governo brasileiro para promover a “inclusão digital nas escolas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência” a partir da distribuição de laptops para alunos e professores (BRASIL, 2012a). Em seguida, com base num conjunto variado de fontes coletadas em várias idas a campo, analisamos o processo de recontextualização deste programa em uma escola pública da cidade de Brusque, estado de Santa Catarina, atentando para as linguagens que alunos e professores mobilizam e utilizam para dar sentido e significar as inovações curriculares que supostamente se desdobram e tal programa.

Tratamos, pois, de perscrutar os arranjos educativos que se revelam por meio de atos de linguagem registrados em documentos escritos provenientes de órgãos oficiais de educação, de reportagens da imprensa e dos discursos de educadores que diretamente se envolveram na implantação e recontextualização do PROUCA na escola pesquisada. Enfim, tentamos seguir pelas pistas deixadas por Agamben (2011) para refletir sobre os modos como alunos e professores se apropriam de tecnologias da informação e comunicação para significar a cultura escolar da qual cotidianamente participam.

Ademais, enfatizamos que este artigo é um resultado parcial do projeto de pesquisa Aulas Conectadas? Mudanças Curriculares e Aprendizagem Colaborativa entre as escolas do PROUCA em Santa Catarina, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), e visa socializar nossas análises sobre a inserção de tecnologias da informação e comunicação no ensino público brasileiro.

PROUCA: DESEJOS CONTEMPORÂNEOS POR TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR?

“É muito importante que a gente [governo do Brasil] construa uma estratégia sólida para que a escola possa formar e preparar essa nova geração para o uso de tecnologias da informação” (BRASIL, 2012b). Essa foi a principal preocupação de futuro demonstrada pelo atual ministro da educação do Brasil, Aloizio Mercadante, em reportagem veiculada pela sua assessoria de imprensa em fevereiro de 2012. Segundo o ministro, é fundamental assumirmos que as sociedades possuem uma “velocidade tecnológica [...] muito maior do que a capacidade que a escola tem de processá-la”. Disso decorre, segundo pensa, uma das principais missões de seu ministério: garantir que as escolas não fiquem “à margem da evolução tecnológica” (BRASIL, 2012b).

Em que pese a sensibilidade do ministro em relação às demandas de tecnológicas da informação e comunicação no cotidiano das escolas públicas brasileiras, nada há de

novo em suas palavras. Explicamos o aludido tomando como referência a historicidade de alguns dos projetos governamentais que, nos últimos vinte anos, tentaram assegurar a digitalização das escolas públicas do país.

Desde 1996, dois programas do Ministério da Educação brasileiro tem se destacado no âmbito da produção e distribuição de tecnologias digitais às escolas: o TV Escola e DVDescola. O primeiro, trata-se de um canal de televisão que “capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública. A proposta do TV Escola é proporcionar ao educador acesso ao canal e estimular a utilização de seus programas, contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas” (Brasil, 2007).

De acordo com o MEC, o TV Escola atingiu, até o ano de 2007, cerca de 400 mil professores de 20 mil escolas do país e tem sua existência justificada porque garante o “aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino” (Brasil, 2007). Para orientar sua produção, até 2006, foram lançados editais federais com vistas ao financiamento de produções educacionais multimídia que, depois de serem produzidas, ficavam sob a salvaguarda do Ministério da Educação que, por sua vez, era responsável por organizar sua exibição via aquele canal de televisão. Posteriormente, algumas dessas produções foram agrupadas e formaram os Kits Tecnológicos TV Escola, distribuídos para as escolas públicas do Brasil. Cada um deles era composto por um DVD Player e uma caixa com cinquenta e três mídias DVDs, cujos conteúdos supostamente respondiam as necessidades educativas das disciplinas integrantes da matriz curricular oficial do ensino básico e a exigência de formação continuada dos professore (Brasil, 2007).

Em se tratando de microcomputadores, entre os anos de 1997 e 2006, a estratégia governamental que mais se destacava era o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Por meio dele, no período aludido, foram adquiridos mais de 147 mil microcomputadores, distribuídos para 15 mil estabelecimentos de ensino, custando quase 240 milhões de Reais aos cofres públicos. Além disso, até 2006, o censo escolar brasileiro acusava que 348 mil escolas estavam conectadas a internet,

sendo que 201 mil delas possuíam laboratórios de informática, totalizando três milhões e oitocentos mil microcomputadores inseridos na dinâmica escolar do país.

Paralelo a isso, durante esse mesmo período, foram criados cerca de 500 Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE), em diferentes municípios do país, com o objetivo de promover a formação continuada de professores para o uso das tecnologias da comunicação e informação em sala de aula, especialmente os microcomputadores que estavam sendo distribuídos de modo massivo (Brasil, 2008).

Ao abrigo desse ideário foi criado pelo governo federal o Programa Um Computador por Aluno. Ainda que tenha ganhado visibilidade nacional apenas nos últimos dois anos, sua criação remonta a 2007; momento que foi implantado em caráter experimental em cinco escolas de diferentes cidades brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Palmas, Pirai e Brasília).

Após três anos, o PROUCA foi oficializado por intermédio da Lei 12.249, de 14 de junho de 2010, que estabeleceu como seu objetivo:

[promover] a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento (BRASIL, 2012b).

A partir de então, o MEC, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, iniciou um amplo esforço para oferecer gratuitamente laptops para alunos, professores e demais educadores de escolas públicas do país. Desses arranjos decorreu que, em 2008, quando ainda era uma experiência piloto, foram distribuídos 150 mil computadores para 380 escolas da rede pública. Em 2010, numa etapa mais avançada, foram entregues aos estudantes de 372 municípios aproximadamente 375 mil computadores (BRASIL, 2012a).

Programas como o PROUCA parecem, então, investir no entendimento de que o computador, ora como ferramenta, ora como paradigma para a edificação de novas

relações com o conhecimento escolar, é um artefato capaz de promover a ligação entre o visível e o invisível, entre o local e o global, entre o micro e o macro e, principalmente entre um presente escolar saturado de passados e um futuro no qual a educação pública, além de garantir o acesso ao saber, assegurará também a inclusão digital da população brasileira. Uma espécie de futuro do presente no qual utopias educacionais parecem ser suportadas pelo estímulo ao uso pedagógico de tecnologias da informação e comunicação na escola, assim como por estratégias governamentais que delas se valem para mediar nossas ansiedades contemporâneas por tudo digitalizar.

O PROUCA EM SANTA CATARINA: INOVAÇÕES CURRICULARES, RECONTEXTUALIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“O dia 12 de novembro de 2010 entra para a história da educação de Brusque como o dia em que a Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker começou a sua metamorfose: da escola da celulose para a escola digital”. Foi assim que Pedroso (2012), integrante da equipe de professores-formadores do Programa Um Computador por Aluno (Núcleo Santa Catarina), descreveu a “caminhada” rumo a “escola digital” desta instituição educacional de Brusque, município distante cerca de 100km de Florianópolis, a capital de Santa Catarina.

Implantado em onze escolas de diferentes regiões, o início do PROUCA em Santa Catarina remonta ao ano de 2010. A época, junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi constituída uma “Equipe de Formação e Pesquisa do Projeto UCA de Santa Catarina (Equipe UCA-UFSC)” a partir de uma ação orquestrada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa da professora Dra. Léa Fagundes. De modo geral, os trabalhos da Equipe UCA-UFSC se concentraram ao redor dos seguintes objetivos:

- Operacionalizar a proposta de capacitação, voltada ao uso pedagógico

intensivo e adequado do laptop educacional em escolas públicas selecionadas [...] em todas unidades do Estado de SC, mediante diversas ações estruturadas entre o Ministério da Educação, Universidades, Secretarias de Educação e seus órgãos regionais de ensino, os Núcleos Estaduais e Municipais de Tecnologia Educacional – NTE/M e as escolas públicas selecionadas para implementação da fase II do projeto UCA.

- Acompanhar e registrar por meio de diversos métodos as ações das distintas etapas planejadas para a Fase II do Projeto UCA.
- Estabelecer sistemática de avaliação e desempenho aplicados ao Projeto.
- Desenvolver instrumentos de avaliação em consonância com a sistemática de avaliação.
- Desenvolver pesquisa que identifique as práticas pedagógicas inovadoras com o laptop educacional conectado e indicação de referenciais da mudança curricular necessária à escola no novo contexto da sociedade do conhecimento e do UCA (Cerny; Ramos, 2012a).

No sentido de suportá-los, um conjunto de ações foram estrategicamente pensadas: a Equipe UCA-UFSC se comprometia a realizar estudos das experiências de países que implantaram programas educacionais semelhantes, assim como difundir em terras catarinenses as recomendações da Formação Brasil UCA.

Em se tratando do envolvimento das escolas catarinenses que participavam dessa etapa piloto do PROUCA, ao que tudo indica, o marco simbólico das ações parece ter sido a realização de um encontro de “capacitação [...] dos membros da Equipe de Formação e do Grupo de professores-multiplicadores”, promovido entre os dias 23 e 25 de agosto de 2010, em Florianópolis, tendo como foco a “liderança para uma gestão articulada de todo o processo” (Equipe UCA-UFSC, NTE/M e escolas). Dessa atividade participaram aproximadamente cinquenta profissionais da educação que representavam cada um dos municípios onde seria implantado o PROUCA, quais sejam: Agrolândia, Brusque, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Herval D’Oeste, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bonifácio e Tubarão. (Cerny; Ramos, 2012a).

Em sintonia com essas tratativas, no final de setembro e ao longo dos meses de outubro e novembro de 2010, os laptops passaram, de fato, a ser distribuídos para as escolas de Santa Catarina que aderiram ao PROUCA. Em meio a atribuições de toda ordem, no final desse ano o saldo era o seguinte: de um total de onze, três escolas ainda nem tinham começado a usar os laptops e apenas cinco delas possuíam a “rede UCA funcionando” (Cerny; Ramos, 2012a).

Ocorre que, em Jaraguá do Sul, cidade do nordeste de Santa Catarina, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Waldemar Schmitz recebeu os laptops do PROUCA somente em fevereiro de 2011. Os gestores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina consideraram inadequado implantar tal programa enquanto a rede wireless não estivesse disponível aos alunos e professores. E, no Centro de Educação Adolfo Hedel, no município de Agrolândia (afastado 270km de Florianópolis), entendeu-se que o envio dos computadores apenas no apagar das luzes do ano letivo inviabilizava o uso pedagógico da máquina.

Nessa mesma direção, ainda pesaram algumas dificuldades técnicas, como “os problemas no acesso à internet” e, especialmente, um fato:

No mês de dezembro de 2010, das 11 escolas de SC, apenas 5 estavam com a rede UCA funcionando [...] sendo que em três delas [...] foi necessária intervenção da Equipe UCA-UFSC [...] em parceria com os técnicos dos municípios para efetivar a instalação do servidor (apesar da rede *wireless* estar instalada nessas escolas – os servidores foram deixados nas escolas dentro das caixas). (Cerny; Ramos, 2012a).

Da explanação que fizemos sobre a historicidade do PROUCA em Santa Catarina se torna possível perceber que o traslado “da escola da celulose para a escola digital”, como quer o professor-formador Pedroso (2012), de um ponto de vista operacional, não foi tranqüila. Na garimpagem de outros documentos que dão conta da implantação desse programa na Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker, pode-se ver que a “metamorfose” por ele propalada parece ter caráter eminentemente retórico.

De acordo com a leitura de Pedroso (2012), a processo de consolidação de uma “escola digital”, em Brusque, teria sido iniciado no dia momento em que “cada aluno recebeu o seu *classmate*”, ou seja, passou a ser portador de “um computador de mão (laptop) com diversas funcionalidades: conecta à Internet sem fio (*wireless*), grava som e vídeo, edita texto, planilha de cálculo e apresentações de slides, tem jogos educacionais e muito mais”. Além disso, a máquina teria, ainda, a capacidade de assegurar a “conectividade e mobilidade” tanto aos alunos quanto aos seus professores.

Enfrentando as palavras deste professor-formador com o Relatório de Implantação do PROUCA na Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker (Cerny; Ramos, 2012b), identificamos alguns descompassos. O mais aparente deles, diz respeito a dificuldade de recarregar as baterias de cada laptop cedido aos alunos dessa escola. Chamamos a atenção para o que se revela nas dobras da seguinte citação.

Os professores multiplicadores do PROUCA da Escola Theodoro Becker [...] criaram como solução paliativa para o recarregamento dos uquinhas [laptops] o uso dos estabilizadores dos computadores do Proinfo que estão instalados no Espaço Pedagógico Informatizado (ESPIN). Em média ele conseguem recarregar 40 uquinhas por seção. O recarregamento é feito de acordo com a demanda dos professores que usam os laptops educacionais com os alunos em sala de aula (Cerny; Ramos, 2012b).

Além da utilização reduzida dos laptops distribuídos pelo PROUCA, dessa conjuntura decorria a indisponibilidade do uso do Espaço Pedagógico Informatizado da escola em sua plenitude, assim como que o avanço do mundo “digital” celebrado por Pedrosa (2012) obrigava-se a dialogar com uma infra-estrutura projetada para salvaguardar, dentre outros, papéis.

Se pensada de um ponto de vista pedagógico (e curricular), a recontextualização do PROUCA naquela escola torna-se profícua à nossa reflexão. Ainda que as limitações desse artigo impossibilitem maiores digressões sobre nossas entradas metodológicas na Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker, acreditamos ser importante mencionar que as fontes coletadas em campo são aqui entendidas como evidências das linguagens (práticas e representações educacionais) articuladas pelos mais diferentes interesses, usos e constringências curriculares do PROUCA.

É o que se pode entrever na citação abaixo a respeito dos usos dos laptops nos dois últimos meses de 2010. Segundo a então diretora da Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker:

A Escola não é mais a mesma. Vimos os alunos estudando, mostrando as atividades uns para os outros. O que um conseguiu fazer ensina para o outro. É visível as mudanças no interesse pela aprendizagem, além do envolvimento dos familiares que também querem aprender como lidar com

essa ferramenta pedagógica tecnológica (Cerny; Ramos, 2012b).

Ao relacionarmos a fala dessa gestora ao relatório da equipe de professores-formadores (Núcleo Santa Catarina) a respeito da implantação do PROUCA na escola aludida, as transformações enunciadas pela diretora parecem derivar do processo de reorganização das linguagens exercitadas nas disciplinas da matriz curricular do ensino fundamental brasileiro. Ilustrativo disso são as apropriações do programa pelos professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa:

O [...] Um Computador por Aluno, foi colocado em prática pelos professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa que desenvolveram o Projeto ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) na sala de aula com a 5ª série do Ensino Fundamental. “É fantástico as possibilidades de desenvolvimento de leitura, escrita e outras linguagens que esta ferramenta pedagógica fornece. Com ela podemos realizar leitura e pesquisa ao mesmo tempo, desenvolvendo nos alunos o desejo de saber, do querer aprender sempre mais novos conhecimentos. O laptop propicia aos alunos perceberem, na prática, a relação que existe entre as diversas linguagens, como sons, imagens e escrita”, afirma o professor [de Língua Portuguesa]. Com o uso do laptop os alunos passaram a se interessar mais pela linguagem dos textos, pelo prazer da aprendizagem. [...] A professora de Inglês [...] conta que com o uso do computador dinamizou muito mais as aulas. “Podemos realizar várias atividades e compartilhá-las através de e-mail e do hipertexto” (Cerny; Ramos, 2012b).

De outro modo, o professor de História da mesma escola narrou os usos que fez dos laptops em suas aulas. Mesmo diante de percalços, como a chegada tardia dos computadores à escola, o docente já demonstrava seu otimismo em relação à inclusão dessas máquinas nas aulas de História. Disse ele:

[...] É impressionante como essa máquina [computador] consegue captar a atenção de todos, indistintamente. Diante disso, com o pouco tempo possível até aqui, fica uma grande expectativa no sentido de uma utilização mais efetiva a partir do próximo ano letivo e, certamente, haverá uma maior aprendizagem com mais esse instrumento de mediação de conhecimento. O que já foi possível fazer [em 2010], neste ano, foi utilizar os computadores para complementar alguns estudos, através do uso da internet e que possibilitou a observação dos conteúdos sob mais de um ponto de vista. Na 6ª série “uma outra visão da independência do Brasil”; na 7ª série “Conceitos de Capitalismo e Comunismo”, no estudo das Revoluções Russas; e na 8ª série, informações mais abrangentes sobre “a nova República e o plano Real” (Cerny; Ramos, 2012b).

Em que pesem os esforços dos professores de Língua Portuguesa, de Língua Inglesa e de História para dinamizar suas práticas pedagógicas e as prescrições advindas da matriz curricular da escola onde atuam, não se pode deixar de notar certas permanências; certos acúmulos de passado transbordando do exercício de seus ofícios no presente.

Imiscuídos em seus fazeres, expectativas de futuro carregadas de um tom celebratório em relação às tecnologias da informação e comunicação deixam ver sentimentos de insatisfação com as linguagens historicamente acumuladas no cotidiano da escola onde atuam, tais como a impossibilidade de conciliar “leitura e pesquisa ao mesmo tempo”, a falta de dinamicidade das aulas, a dificuldade em romper com o caráter monolítico e dogmático de algumas explicações sobre o passado, estudando determinados “conteúdos sob mais de um ponto de vista”.

Ainda nessa mesma direção, não é prolixo dizermos que mais um desejo de ruptura com o presente transpassa as projeções de futuro de alunos e professores da Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker: a dimensão abstrata dos conteúdos escolares e das linguagens mobilizadas em sala para garantir o ensino e a aprendizagem. Observemos o depoimento de dois alunos dessa instituição.

“As aulas ficaram muito mais interessantes. Agora aprendemos com mais vontade” conta o aluno Alisson Cruz. Para a aluna Ana Flávia Duarte “o laptop facilita na aprendizagem dos conteúdos, pois antes os professores faziam o maior esforço para que visualizássemos a matéria para que pudéssemos compreender melhor. Agora é bem mais prático e nossa aprendizagem é melhor” (Cerny; Ramos, 2012b).

É pelo cruzamento entre o contentamento dos alunos com aulas do presente (produzido pela ruptura com praticadas escolares passadas) às expectativas de futuro dos docentes aludidos, que podemos enxergar os sentidos de certas linguagens que foram mobilizadas para assegurar o sucesso pedagógico da implantação do PROUCA na escola investigada.

Ao examinarmos as fontes que coletamos em campo é possível afirmar que o PROUCA parece ser o contemporâneo que moderniza as tecnologias que, no passado, foram enviadas de modo massificado para as escolas públicas brasileiras. De maneira interessante, parece que tal programa está envolvido num jogo de linguagem intrigante: o “analogismo” dos aparelhos de televisão e vídeo-cassete, assim como a estabilidade dos conteúdos educativos que integram os Kits Tecnológicos do TV Escola, é solapado em favor da dispersão do digital na escola. Assim, cada computador que adentra o universo escolar, na perspectiva dos órgãos oficiais de gestão da educação brasileira, é capaz de impulsionar um sistema de crença segundo o qual o digital é sempre mais atual, mais moderno e sempre melhor qualidade.

Ao que nos parece, tal programa foi transformado em um artefato capaz de dividir e interpolar linguagens e, com isto, nutrir ambições educacionais carregadas de desejos de mudanças. Um esboço de “sacramento da linguagem”, conforme nos lembra Agamben (2011): movimento pelo qual se funde a dimensão metafísica e mágico-religiosa do discurso religioso (pelo rito, a superação do imediato) ao caráter retórico de certas enunciações políticas (retórica do devir).

Enfim, nada mais apropriado para se pensar o cotidiano escolar brasileiro num tempo no qual as tecnologias da informação e comunicação rumam à ubiqüidade...

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem**: arqueologia do juramento. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça o UCA**. Disponível em: <www.uca.gov.br/institucional/projeto.jsp>. Acesso: 03 abr. 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social do MEC. **Escola não pode ficar à margem da evolução da tecnologia, diz ministro**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17498:escola-nao-pode-ficar-a-margem-da-evolucao-da-tecnologia-diz-ministro&catid=222>. Acesso: 03 abr. 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **O que é a TV ESCOLA?** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=69&Itemid>> Acesso: 14 out. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Programa Nacional de Informática na Educação. **Relatório e Indicadores Estatísticos.** Disponível em: <http://sip.proinfo.mec.gov.br/relatorios/indicadores_rel.html> Acesso: 23 jan. 2008.

CERNY, Roseli Zen; RAMOS, Edla Maria Faust. Universidade Federal de Santa Catarina. **Relatório da Implantação do Projeto UCA em SC 2010/2011.** Florianópolis, 31 jan. 2012a.

CERNY, Roseli Zen; RAMOS, Edla Maria Faust. Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório da Implantação do Projeto UCA em SC 2010/2011. **Relatório EEF Padre Theodoro Becker - Brusque.** Florianópolis, 31 jan. 2012b.

PEDROSO. Rogério Santos. **Escola Theodoro Becker começa sua caminhada para a Escola Digital.** Disponível em: <<http://uca-sc.blogspot.com.br/2010/11/escola-theodoro-becker-comeca-sua.html>>. Acesso: 10 jun. 2012.